

## O CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR

**Lúcia de Fátima Melo**  
Universidade Federal do Acre

**Kethleen Maklaine da Costa Diniz**  
Universidade Federal do Acre

### RESUMO:

Este artigo aborda a formação do pedagogo, especificamente no campo da gestão escolar, na tentativa de revelar na trajetória histórica do curso de pedagogia o delineamento dessa construção, enfatizando as mudanças empregadas ao longo do tempo e seus desdobramentos, com as necessárias reflexões sobre a atual legislação instituinte da Base Nacional de Formação Docente – BNC-Formação e suas implicações. O artigo situa ainda, por meio de uma breve descrição a formação do gestor escolar, a partir de um levantamento da carga horária das disciplinas diretamente ligadas a esta formação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia das 26 capitais do país e do Distrito Federal. Do ponto de vista metodológico, foi utilizada pesquisa documental, especialmente consubstanciada em documentos oficiais e pesquisa bibliográfica, a partir de um conjunto de autores e pesquisas já realizadas sobre o tema, ambas na área da Educação. Com o desenvolvimento do trabalho foi possível observar que desde o início da criação do curso até as mudanças mais recentes, sempre esteve presente nesta trajetória disputas político-pedagógicas dos atores sociais, nos diversos contextos sócio históricos e, no que concerne a formação do Gestor Escolar, especificamente, percebe-se a falta de valorização e a necessidade de análise e mudanças quanto a formação dos profissionais da Educação Básica nos cursos de Pedagogia para atuação na gestão escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Curso de Pedagogia; Currículo; Formação em Gestão Escolar.

### Abstract

This article addresses the training of the pedagogue, specifically in the field of school management, in an attempt to reveal in the historical trajectory of the pedagogy course the outline of this construction, emphasizing the changes employed over time and their developments, with the necessary reflections on the current legislation establishing the National Teacher Training Base – BNC-Formação and its implications. The article also describes, through a brief description, the training of school managers, based on a survey of the workload of subjects directly linked to this training in the Pedagogical Projects of Pedagogy Courses in the 26 capitals of the country and the Federal District. From a methodological point of view, documentary research was used, especially embodied in official documents and bibliographical research, based on a set of authors and research already carried out on the topic, both in the area of Education. With the development of the work, it was possible to observe that from the beginning of the creation of the course until the most recent changes, political-pedagogical disputes between social actors have always been present in this trajectory, in the different socio-historical contexts and, with regard to the training of the School Manager, specifically, there is a lack of appreciation and the need for analysis and changes regarding the training of Basic Education professionals in Pedagogy courses to work in school management.

**KEYWORDS:** Pedagogy Course; Curriculum; School Manager.

### Resumen

Este artículo aborda la formación de pedagogos, específicamente en el campo de la gestión escolar, en un intento de revelar los antecedentes históricos de la carrera de pedagogía o el esquema de su construcción, enfatizando los cambios emprendidos a lo largo del tiempo y sus desarrollos, con las necesarias reflexiones sobre la Legislación institucional vigente de la Base Nacional de Formación Docente – BNC-Formação y sus implicaciones. El artículo también sitúa, a través de una breve descripción de la formación de directivos escolares, a partir de un relevamiento de la carga horaria de las disciplinas directamente vinculadas a esta formación en los Proyectos Pedagógicos de los Cursos

de Pedagogía de las 26 capitales del país y de la Federación. Distrito. Desde el punto de vista metodológico se utilizó la investigación documental, especialmente compuesta por documentos oficiales y la investigación bibliográfica, basada en un conjunto de autores e investigaciones ya realizadas sobre el tema, ambas en el área de Educación. En el desarrollo del trabajo se pudo observar que desde el inicio de la creación del curso hasta los cambios más recientes, siempre presentes en esta trayectoria las disputas político-pedagógicas entre dos actores sociales, en los diversos contextos sociohistóricos y, no así, se refiere a la formación del Gestor Escolar. Específicamente, se debe a la falta de valorización y a la necesidad de análisis y cambios en la formación profesional de los cursos de Educación Básica en Pedagogía para su adaptación en la gestión escolar.

**PALABRAS CLAVE:** Curso de Pedagogía; Plan de Estudios; Director de la Escuela.

## 1 BREVE HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA

O curso de Pedagogia foi concebido a partir do Decreto-Lei nº 1.190/1939 (Brasil, 1939) que criou o curso de Pedagogia bacharelado realizado num período de três anos e que contava com mais um ano para a conclusão de uma “*secção especial de didática*” (parágrafo único, artigo 2º) para formação do licenciado. Ao concluir o curso de Pedagogia recebia-se o diploma de bacharel e, se complementasse os estudos com mais um ano do curso de didática, receberia o diploma de licenciado.

De acordo com o Decreto-Lei nº 1.190/1939 (Brasil, 1939), esses egressos, se bacharéis, iriam preencher os “cargos de técnicos de educação do Ministério de Educação” (alínea “c”, artigo 51) e, se licenciados, “qualquer cargo ou função do magistério secundário ou normal, em estabelecimento administrado pelos poderes públicos ou por entidades particulares” (alínea “a”, artigo 51). É importante ressaltar que as Escolas Normais de atuação dos licenciados, expressas no texto do Decreto-Lei nº 1.190/1939 representam o espaço de formação dos professores que atuavam no Ensino Primário.

Para Sokolowski (2013, p. 82) entre os anos de 1940 até a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4024/61) aconteceram poucas mudanças no curso de Pedagogia, em 1962 o Parecer CFE nº 251 (Brasil, 1962) trouxe alterações curriculares para o curso passando a considerar a necessidade de formação do professor primário em nível superior e fixando um currículo e duração mínimos para o curso.

No final da década de 1960, no entanto, com a instituição das habilitações, o curso de Pedagogia perdeu o grau de bacharelado, permanecendo apenas como licenciatura (Medeiros *et. al.*, 2022, p. 689). quando foi editada a Lei nº 5.540 que “Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências e determina que “o preparo de especialistas destinadas ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares” seriam realizados em “nível superior”, conforme se observa no artigo 30 (Brasil, 1968).

Posteriormente, foi editado o Parecer CFE nº 252/1969 (Brasil, 1969) que, segundo Silva; Guilherme; Brito (2023), junto a Resolução CFE nº 02/1969 apresentaram mudanças profundas na constituição curricular do curso de Pedagogia, ao estabelecer um currículo mínimo de 2.200 horas para a graduação com uma complementação de 1.100 horas dedicadas as habilitações, cuja carga horária poderia ser desenvolvida em tempos variáveis (Brasil, 1969).

A estruturação do curso de Pedagogia delineadas no Parecer CFE nº 252/1969, não sofreu grandes impactos até a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, mais especificamente, no que diz respeito a gestão, esta Lei determinou em seu artigo 64 que:

“A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.”

Como expõe Sokolowski (2013, p. 82) o final da década de 60 e início da década de 70 foram marcados pela implementação do modelo tecnicista, além disso, “os anos de 1980 foram fundamentais para a busca do estatuto epistemológico e da identidade do curso de pedagogia”, tendo o modelo atual sido delineado com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

Posteriormente, foi editada a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura” que atribui a atuação docente o papel central na construção identitária do perfil do pedagogo:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I -planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II -planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III -produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (Brasil, 2006).

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 o curso de Pedagogia está organizado em três grandes eixos: a docência, compreendendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (artigo 2º); a gestão (artigo 4º) e a produção de conhecimento, especialmente por meio da pesquisa, de acordo com o artigo 5º, inciso XIV (Brasil, 2006).

Silva; Guilherme; Brito (2023, p. 6) destacam outros institutos normativos que também foram importantes para as transformações que alcançaram a educação e, conseqüentemente, o curso de Pedagogia como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o primeiro Plano Nacional de Educação - PNE 2001-2011 (Brasil, 2001), o atual PNE 2014-2024 (Brasil, 2014) e as discussões relacionadas à BNCC<sup>1</sup> (Brasil, 2018), as quais se iniciaram em 2015 e foram concretizadas entre 2017 e 2018.

Medeiros *et. al.* (2022, p. 691) aponta que no ano de 2015, como forma de atualizar e contemplar as demandas educacionais e sociais presentes na formação dos profissionais da Educação Básica, definiram-se, por intermédio da Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, englobando todos os cursos de licenciatura (Brasil, 2015).

Ainda, segundo Medeiros *et. al.* (2022, p. 691) em 2019, após embates na agenda política e governamental do país, no fito de controle social da população (repercutindo na educação e na formação docente), as diretrizes curriculares publicadas em 2015 foram revogadas por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de

---

<sup>1</sup> Base Nacional Comum Curricular

dezembro de 2019 (Brasil, 2020) sob fortes questionamentos da sociedade civil em geral.

Medeiros *et. al.* (2022, p. 691) ressalta que a publicação da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 foi feita sob fortes questionamentos da sociedade civil em geral por revogar a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 e com isso desconsiderar a história de luta que as associações educacionais, faculdades de educação, entre outras instâncias da área de Educação, empreenderam ao longo do tempo para a melhoria da qualidade da formação (inicial e continuada) dos professores da Educação Básica, além disso, o governo deu forças a aprovação da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que foi desenhada em sua base política e ideológica, a qual está adjacente aos anseios neoliberais, portanto, não pode ser dissociada do cenário político brasileiro do qual faz parte.

De acordo com Carvalho (2021, p. 212) a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 não dialoga com as conquistas e avanços produzidos historicamente, tampouco os reconhece, a exemplo da questão da indefinição do nível de formação do(a) professor(a) da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme se observa em seu artigo 18, trata exatamente da formação em nível médio, na modalidade normal, destinados à formação de docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Aliás, terminologia inexistente, desde a reforma do ensino de 1º e 2º graus gerada pela Lei n.º 5692/1971, pois, os antigos cursos normais foram transformados em habilitação específica para o magistério.

Outrossim, Medeiros *et. al.* (2022, p. 693) ressalta que ao buscar dividir o curso de Pedagogia em duas modalidades (um curso para formar os pedagogos-professores da Educação Infantil e outro para qualificar os pedagogos-professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental), se retoma um problema enfrentado pelo curso no decurso da história: o perfil profissional a ser graduado pelo curso. No que concerne a formação do gestor escolar, a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019:

Art. 22. A formação para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, nos termos do art. 64 da LDB, ou com centralidade em ambientes de aprendizagens e de coordenação e assessoramento pedagógico, pode-se dar em:

I - cursos de graduação em Pedagogia com aprofundamento de estudos nas áreas de que trata o caput e que possuam uma carga horária mínima de 3.600 (três mil e seiscentas) horas; e

II - cursos de especialização lato sensu ou cursos de mestrado ou doutorado, nas mesmas áreas de que trata o caput, nos termos do inciso II do art. 61 da LDB.

§ 1º O aprofundamento de estudos de que trata o inciso I será correspondente a 400 (quatrocentas) horas adicionais às 3.200 (três mil e duzentas) horas previstas para o curso de Pedagogia.

§ 2º Para o exercício profissional das funções relativas a essas áreas, a experiência docente é pré-requisito, nos termos das normas de cada sistema de ensino, conforme o disposto no § 1º do art. 67 da LDB (Brasil, 2020).

Duas afirmações precisam ser destacadas quanto ao artigo acima: a atuação na docência é um pré-requisito para desenvolver as atividades de gestão e são necessárias 400 (quatrocentas) horas adicionais no currículo dos cursos de pedagogia para a formação em gestão escolar, perfazendo um total de 3600 horas para o curso ao adicionar estas 400 horas às 3.200 (três mil e duzentas) horas já previstas para o curso de Pedagogia.

Medeiros *et. al.* (2022, p. 694) destaca que da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 se depreende que o curso de Pedagogia necessita ser organizado, a partir de então, em duas modalidades de licenciatura, segundo registrou-se (uma voltada à docência na Educação Infantil e outra à docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental), permitindo em ambas o aprofundamento dos estudos sobre a gestão de processos educativos escolares.

Corroborando com essa nova configuração, foi editada a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 que “Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)” (Brasil, 2020).

Serra (2021, p. 27) afirma que as referidas resoluções trazem um conjunto de normatizações que buscam a implementação de uma política de caráter tecnocrático na formação docente e que têm como objetivo um maior controle sobre o trabalho pedagógico. Ressalta ainda que causa espanto que o Conselho Nacional de Educação aprove a Resolução CNE/CP 1/2020 que associada à Resolução CNE/CP 2/2019 materializa a cisão entre formação inicial e continuada de professores.

Diante desse cenário, foi formada uma Frente Nacional por entidades nacionais, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores e ao campo

educacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e pela retomada da implementação da Resolução CNE/CP 02/2015, intitulado Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação Pela retomada da Res. 02/2015:

A Base Nacional Comum-Formação Inicial (Res. 2/2019) e a Base Nacional Comum-Formação Continuada (Res. 1/2020), subordinadas à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, se referenciam na ultrapassada Pedagogia das Competências, na produção das Fundações, Institutos e empresas educacionais privadas, obedecendo às diretrizes dos organismos multilaterais. O Conselho Nacional de Educação - CNE, no lastro de uma reforma empresarial e privatista, que atende, exclusivamente, aos interesses do mercado, promove a descaracterização dos cursos de formação de professores/as.

A aprovação açodada e irresponsável, pelo CNE, das Resoluções 2/2019 e 1/2020, atropelou o processo de implementação da Resolução CNE/CP 2/2015, revogando-a enquanto ainda se encontrava dentro do prazo estipulado para a adequação dos cursos. Essa medida se deu em processo autoritário e antidemocrático, marcado pela ausência de diálogo com as entidades nacionais do campo da formação, as instituições formadoras, as entidades representativas de professores/as e de estudantes. O CNE desconsiderou os saberes e as pesquisas da área da Educação e do Ensino construídos no campo da formação de professoras e professores e não realizou o necessário diagnóstico acerca do processo de implantação da Resolução CNE/CP 2/2015, que se desenvolvia nas Instituições de Ensino Superior - IES e nos cursos de licenciatura. Importante ressaltar que boa parte das IES públicas já efetivaram ou estão em processo de instituição de Projeto Pedagógico de Formação Inicial e Continuada tendo por referência esta resolução.

Conforme se observa, as mudanças promovidas pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 foram impostas diretamente pela via governamental, desprezando toda a construção coletiva em torno da Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 sendo este, um dos fatores da falta de adesão as mudanças propostas pelas duas Resoluções nos cursos de Pedagogia no Brasil.

Na trajetória histórica do curso de pedagogia é possível observar certa falta de consenso na construção do perfil profissional de seus egressos construídas ao longo das contradições vivenciadas no tempo histórico ou pelo próprio sistema educacional, consubstanciados pela sua legislação e por questões em disputa por diversos grupos sociais e políticos que imprimem ideologias diversas e contraditórias na formação da identidade do pedagogo.

Do contexto acima, pode-se compreender que a construção histórica do curso de Pedagogia no Brasil guarda certa dificuldade na consolidação de uma identidade

quanto ao papel do pedagogo que agrega em si as atividades da docência, pesquisa e gestão.

Vieira (2011, p.132-134) pontua que “a assunção da base docente no curso de Pedagogia foi uma reivindicação da ANFOPE<sup>2</sup> desde o início da década de 1980.” E, ressalta ainda que “[...] ela é assumida num sentido amplo que objetiva permitir a formação de um pedagogo capaz de ser “simultaneamente um pesquisador e um técnico, professor articulador/gestor de conhecimentos/relações sociais considerando as diversas funções e práticas pedagógicas escolares ou não escolares existentes.”

O curso de pedagogia forma essencialmente o docente, no entanto, esse profissional precisa receber uma formação capaz de lhe propiciar atuação nas demais áreas educacionais e pedagógicas, como a gestão e a pesquisa.

Na próxima seção deste artigo, faremos uma breve descrição da formação do gestor escolar, a partir de um levantamento da carga horária das disciplinas diretamente ligadas a esta formação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia das 26 capitais do país e do Distrito Federal.

## **2 A FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR**

Do contexto acima, podemos observar que o currículo do curso de pedagogia sempre esteve no centro das disputas político-pedagógicas dos atores sociais, nos diversos contextos sócio históricos. De acordo com Aguiar *et. al.* (2006) as muitas identidades atribuídas ao curso revelam, grosso modo, conflitos atinentes ao estatuto teórico e epistemológico da pedagogia e do curso de pedagogia, sobretudo no que se refere às concepções de licenciatura e bacharelado e seus desdobramentos na configuração curricular desse curso.

A formação em pedagogia não se esgota na atuação docente, pois nem todo trabalho pedagógico é, necessariamente, docente, outrossim é importante ressaltar que nas diretrizes do curso de pedagogia, a gestão ocupa um dos elementos presentes na formação do pedagogo e investigar como essa formação acontece em diferentes universidades públicas foi o caminho percorrido para construção desse estudo.

---

<sup>2</sup> Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

Logo abaixo encontra-se sistematizado como as 27 (vinte e sete) universidades federais das capitais dos estados e do Distrito Federal se propõem a formar seus egressos a partir da oferta de disciplinas e estágios com esse enfoque e, até que ponto, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) estão cumprindo a perspectiva trazida pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Além de acessar os documentos presentes nos sites das instituições, foi enviado um e-mail a todas Universidades para confirmar se o PPC presente no site era o mais atualizado. Aos que não estavam atualizados nos sites, foi recebido o documento atual por e-mail.

Quadro 1 – Disciplinas e Estágios Curriculares Obrigatórios ofertados nos 34 cursos das 27 Universidades Federais das capitais dos estados e do Distrito Federal

Região	Instituição	Ano PPC	Carga horária curso	Eixo temático: Gestão
Centro-oeste	Universidade de Brasília (UNB) – Diurno e Noturno	2018	3.330h	Gestão das organizações educativas – 60h
				Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar – 120h
	Universidade de Brasília (UNB) - EAD	2019	3.300h	Gestão das organizações educativas – 60h
				Estágio Supervisionado III: Gestão Escolar – 120h
	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2015	3.304h	Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico – 80h
	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	2022	3.344h	Gestão e Governança da Educação no Brasil – 64h
				Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico – 64h
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Matutino e Vespertino	2022	3.388h	Gestão Escolar – 68h	
			Gestão dos Sistemas de Ensino – 68h	
Prática em Gestão Escolar – 68h				
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Noturno / Programa Especial	2022	3.392h	Gestão Escolar – 34h	
			Estágio Obrigatório em Gestão Escolar – 100h	
Nordeste	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2012	3.313h	Gestão Educacional 68h
				Estágio 4 – 85h
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2006	3.210h	Gestão Educacional – 60h
				Estágio Supervisionado em Gestão Educacional I – 60h
Estágio Supervisionado em Gestão Educacional II – 60h				

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Educação no Campo	2018	3.210h	Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo – 60h
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - EAD	2013	3.300h	Gestão Educacional – 60h
			Estágio Supervisionado em Gestão Educacional I – 60h
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	2019	3.597h	Estágio Supervisionado em Gestão Educacional II – 60h
			Gestão da Educação e do Trabalho Escolar – 72h
Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - EAD	2019	3.597h	Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica – 108h
			Gestão da Educação e do Trabalho Escolar – 72h
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2007	3.210h	Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica – 108h
			Fundamentos da Gestão Educacional e Escolar – 60h
			Gestão Educacional Escolar – 60h
			Seminário Gestão da Educação e do Ensino – 15h
			Estágio Supervisionado em Gestão Educacional – 60h
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2020	3.465h	Seminário Gestão e Prática Pedagógica – 15h
			Política e Gestão Educacional – 75h
Universidade Federal do Ceará (UFC)	2013	3.216h	Estágio Supervisionado III – 75h
			Organização e Gestão de Espaços Educativos Não-Escolares – 32h
Universidade Federal do Ceará (UFC) - EAD	2017.2	3.288h	Estágio em Organização e Gestão Educacional – 64h
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	2017.1	3.375h	Política Educacional e Gestão Escolar – 64h
			Gestão e Organização de Sistemas Educacional I – 60h
			Gestão e Organização de Sistemas Educacional II – 60h
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	2018	3.225h	Estágio em Gestão e Organização de Sistemas e Unidades Escolares - 135h
			Gestão de Sistemas e Unidades Escolares – 60h
			Estágio Supervisionado I - Planejamento e Gestão da Educação – 135h

	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2017	3220h	Organização e Gestão da Educação Brasileira – 52h
				Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – 60h
				Estágio em Gestão e Coordenação Pedagógica – 100h
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - EAD	2010	3.015h	Gestão e Organização Escolar – 90h
Norte	Universidade Federal do Acre (UFAC)	2009	3.525h	Gestão Escolar – 60h
	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	2012	3.480h	Gestão Educacional – 80h
				Estágio Supervisionado em Gestão Escolar – 40h
	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	2009	4.040h	Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico I – 75h
				Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico II – 75h
				Estágio Curricular Supervisionado III – 100h
	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2018	3.275h	Gestão na Educação – 60h
				Gestão e Planejamento Educacional – 60h
				Organização do Trabalho Escolar – 60h
				Estágio Supervisionado em Gestão da Educação – 150h
	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2010	3.211h	Gestão de Sistemas e Unidades Escolares – 68h
				Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares – 68h
				Estágio de Gestão e Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares – 68h
	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2007	3.225h	Planejamento e Gestão da Educação – 60h
Organização do Trabalho Pedagógico – 60h				
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	2009	3.228h	Fundamentos da Gestão Escolar – 60h	
			Coordenação Pedagógica e Educação – 60h	
			Organização do Trabalho Pedagógico em Gestão e Coordenação – 72h	
			Estágio IV – 100h	
Sudeste	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2018	3.204h	Política e Administração dos Sistemas Educacionais – 30h

Sul	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	2023	3.495h	Gestão Educacional: as Escolas nos Sistemas de Ensino – 60h
				Estágio Curricular em Gestão da Escola e Coordenação Pedagógica – 120h
				Política e Gestão da Educação Infantil – 75h
				Gestão e governo dos sistemas e unidades escolares – 75h
				Residência Pedagógica IV – Gestão Educacional – 65h
				Gestão Educacional – 75h
	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2018	3.260h	Práticas de Gestão na Escola – 105h
				Planejamento e Gestão na Educação Básica – 60h
				Estágio Supervisionado em Gestão Educacional – 135h
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2015	3.435h	Planejamento e Avaliação de Sistemas Educacionais – 60h
				Prática em Política e Administração Educacional – 60h
	Sul	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2020	4.128h
Coordenação Pedagógica na Escola Pública – 72h				
Universidade Federal do Paraná (UFPR)		2018	3.200h	Organização e Gestão da Educação Básica I – 60h
				Organização e Gestão da Educação Básica II – 60h
				Estágio Supervisionado na Organização Escolar – 120h
				Organização do Trabalho Pedagógico 3: Organização e Acompanhamento dos Processos Escolares – 120h
				Estágio Supervisionado na Organização Escolar – 120h
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)		2023	3.360h	Gestão Escolar – 60h
				Seminário de Estágio de Docência e Gestão Educacional – 30h
	Estágio de Docência I: Gestão Educacional – 105h			

Fonte: Projetos Pedagógicos de Curso dos cursos de Pedagogia das Universidades: Universidade de Brasília (UNB) – Diurno e Noturno, Universidade de Brasília (UNB) – EAD, Universidade Federal de

Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Matutino e Vespertino, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Noturno / Programa Especial, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Educação no Campo, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – EAD, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – EAD, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Ceará (UFC) – EAD, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – EAD, Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Foram pesquisados 34 (trinta e quatro) cursos de Pedagogia em 27 (vinte e sete) Universidades Federais localizadas nas capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal, destes apenas 07 (sete) cursos apresentam seus Projetos Pedagógicos de Curso a partir de 2020, ou seja, após a edição das Resoluções CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com o curso regular matutino e vespertino e o curso noturno (Programa Especial), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Destas Universidades, apenas a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com o curso regular matutino e vespertino e o curso noturno (Programa Especial) inseriram a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 como um dos documentos norteadores do Projeto Pedagógico de Curso.

Além disso, é possível observar que 05 (cinco) cursos têm apenas uma disciplina voltada diretamente à Gestão Escolar: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Educação no Campo, Universidade Federal do Ceará (UFC) - EAD, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - EAD e Universidade Federal do Acre (UFAC). Outros 02 (dois) cursos apresentam duas disciplinas nessa mesma linha: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Outrossim, 27 (vinte e sete) cursos apresentam, em sua grade curricular, Estágios curriculares obrigatórios, cujo enfoque é diretamente a Gestão Escolar. Desses 27 (vinte e sete) estágios, 10 (dez) são de cursos que apresentam uma disciplina e um estágio específico em Gestão Escolar. Outros 07 (sete) estágios estão presentes em cursos que apresentam um estágio e duas disciplinas com esse foco. Em 02 (dois) cursos, são ofertados 02 (dois) estágios e 01 (uma) disciplina em Gestão Escolar, por curso. Em 03 (três) cursos, são ofertadas 03 (três) disciplinas e 01 (um) estágio, em cada curso. E, finalmente, em 02 (dois) cursos, constam no currículo: 04 (quatro) disciplinas e 01 (um) estágio e 03 (três) disciplinas e 02 (dois) estágios em Gestão Escolar.

Cumpramos ressaltar que mesmo que as disciplinas apresentem nomes diferentes, em seu ementário, abordam essencialmente a gestão da escola da educação básica. No entanto, embora estas disciplinas tenham o enfoque central na gestão escolar, o currículo do curso de Pedagogia não aborda esta dimensão exclusivamente nas disciplinas e estágios específicos, conforme demonstrado no Quadro 1, pois disciplinas como políticas educacionais, financiamento educacional, dentre outras, presentes em todos os currículos analisados, são fundamentais na formação do pedagogo que atuará na gestão escolar.

Nenhuma Universidade pesquisada cumpre o aprofundamento de 400 (quatrocentas) horas adicionais às 3.200 (três mil e duzentas) horas previstas para o curso de Pedagogia especificamente para Gestão Escolar, como previsto na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Somente a Universidade Federal do Paraná (UFPR) que das suas 3.200 horas totais, apresenta 480 horas específicas para Gestão Escolar, mas o Projeto Pedagógico do Curso é do ano de 2018.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo não se propõe a esgotar os estudos realizados sobre a formação do pedagogo para atuação na gestão escolar, buscou tão somente levantar alguns aspectos referente a esta formação, o que nos levou a apresentar um panorama geral sobre como as Universidades Federais do Brasil, com um recorte para as que estão situadas nas capitais e Distrito Federal, atuam nesta formação.

Da construção do curso até as mudanças mais recentes é possível observar que o curso de Pedagogia sempre esteve presente em um campo de disputas político-pedagógicas dos atores sociais, nos diversos contextos sócio históricos.

As Resoluções editadas recentemente Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 ao revogar a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 desconsideraram a construção histórica e coletiva que foi realizada em torno do currículo do curso de Pedagogia, impondo uma proposta de currículo segregado e neoliberal. Por essa razão levantou-se um Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação Pela retomada da Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.

Ao analisar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de 34 (trinta e quatro) cursos de Pedagogia em 27 (vinte e sete) Universidades Federais é possível observar que não há adesão ao que regem as Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, numa clara demonstração que estas Resoluções não se conectam com o que as instituições de ensino se propõem a desenvolver nos seus cursos de Pedagogia.

Outrossim, ao observar todos estes Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) fica evidente que não há uma valorização quanto a formação do Gestor Escolar e isso pode ser percebido pelo número de disciplinas específicas com esse intuito, alertando para a necessidade de análise e mudanças quanto a formação dos profissionais da Educação Básica nos cursos de Pedagogia para atuação na gestão escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO – CFE. *Parecer nº 251/1962. Currículo mínimo e duração do Curso de Pedagogia*. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília, DF, nº 11, p. 59-65, 1963a.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). *Parecer nº 252, de 11 de abril de 1969. Estudos pedagógicos superiores: mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em Pedagogia*. Relator: Valmir Chagas. Documenta, Brasília, DF, n. 100, p. 101-117, 1969a.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE). *Resolução nº 2, de 11 de abril de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do curso de Pedagogia*. Documenta, Brasília, DF, n. 100, p. 113-117, 1969b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). *Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 maio 2006. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). *Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da educação básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2018. Seção 1, p. 120.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2020). Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em 20 de ago. de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). *Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 (Brasil, 2020).* Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN12020.pdf?query=Educao%20Ambiental](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12020.pdf?query=Educao%20Ambiental) Acesso em 20 de ago. de 2023.

BRASIL. *Decreto Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939.* Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 20 ago. de 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996.* Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 ago. de 2023.

BRASIL. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.* Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Seção 1, p. 10369.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res\\_cne\\_cp\\_02\\_03072015.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf) Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20 de ago. de 2023.

CARVALHO. Mark Clark Assen de O Regresso das Indefinições sobre a Formação de Professores: Entre Disputas, Negações e Resistências. *Revista Praxis Educacional*. Rio Branco/AC. v. 17, n. 46, p. 202 -215, jul./set. | 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8923/5840>. Acesso em 20 de ago. de 2023.

MEDEIROS, Emerson Augusto de, *et.al.* O Curso de Pedagogia e a Resolução CNE/CP Nº 2 de 2019: formação de pedagogos e pedagogas para que? Para quem? – *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, Mossoró, v. 8, n. 27, outubro/2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4309/3332>. Acesso em: 20 ago. de 2023.

Movimento Nacional pela defesa da formação de professores/as no curso de Pedagogia *ey. al.* Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e pela retomada da implementação da Resolução CNE/CP 02/2015. *Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação Pela retomada da Res. 02/2015!*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EfCfn2Y1iB3iT7dwHTYG5Z0nI9tDQk83/view?usp=sharing>. Acesso em 22 de ago. de 2023.

SERRA Hiraldo Implicações das Resoluções CNE/CP N. 2/2019 e CNE/CP N. 1/2020 na Formação Inicial e Continuada de Professores. *Ensaios Pedagógicos*. Sorocaba, vol.5, n.3, set./dez. 2021, p.21-313.

SILVA, Maria Cristina Mesquita da, GUILHERME, Alexandre Anselmo, BRITO, Renato de Oliveira. A Base Nacional de Formação Docente e o curso de Pedagogia: cenários e perspectivas da formação inicial de pedagogos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 104, e5273, 2023. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5273/4267>. Acesso em 20 de ago. de 2023.

SOKOLOWSKI, Maria Teresa. História do Curso de Pedagogia no Brasil – *Comunicações*, Piracicaba, Ano 20, n. 1, p. 81-97, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1110/1192>. Acesso em: 20 ago. de 2023.

UFAC, Universidade Federal do Acre. *Projetos Pedagógicos*. Disponível em <https://portal.ufac.br/ementario/curso.action?v=231>, Acesso em: 20 ago. de 2023.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2019, Educação à distância 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFAM, Universidade Federal do Amazonas. *Projetos Pedagógicos Cursos*. Disponível em <https://faced.ufam.edu.br/images/ppc/matriz-2019.pdf>, Acesso em: 20 ago. de 2023.

UFBA. Universidade Federal da Bahia (UFBA). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*, Licenciatura 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFC. Universidade Federal do Ceará. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2013. Educação a distância 2017.2. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFG. Universidade Federal de Goiás. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2017.1. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFMS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*, Matutino e Vespertino, 2022; Noturno, 2022 e Programa Especial, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*, Licenciatura 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFPA, Universidade Federal do Pará. PPC, *Matriz Curricular e Ementas*. Disponível em [https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/303968/mod\\_resource/content/1/PPCPedagogia.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/303968/mod_resource/content/1/PPCPedagogia.pdf), Acesso em: 20 ago. de 2023.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*, Licenciatura 2006. Educação a distância, 2013; Educação no Campo, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2017; Educação a distância, 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFRR, Universidade Federal de Roraima. *Estrutura Curricular*. Disponível em <https://ufrr.br/proeg/arquivos/category/12-ppp?download=464:pedagogia>, Acesso em: 20 ago. de 2023.

UFS. Universidade Federal de Sergipe. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia*, Licenciatura 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia, Licenciatura 2020*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UFT, Universidade Federal do Tocantins. *Regulamentação*. Disponível em <https://ww2.uft.edu.br/index.php/pedagogia-palmas/regulamentacao>, Acesso em: 20 ago. de 2023.

UNB. Universidade de Brasília. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*. Diurno e Noturno; Licenciatura 2018 e Educação à Distância, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UNIFAP, Universidade Federal do Amapá. *Projeto do Curso de Pedagogia*. Disponível em <https://www2.unifap.br/pedagogia/projeto-do-curso-de-pedagogia/>, Acesso em: 20 ago. de 2023.

UNIFESP. Universidade Federal de São Paulo. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia de Pedagogia, Licenciatura 2023*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1HwTrwRstttK7tYF-N4CZ4edyALE7F3oZ?usp=sharing>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

UNIR, Universidade Federal de Rondônia. *Projetos Político Pedagógicos*. Disponível em <https://ded.unir.br/pagina/exibir/10040>, Acesso em: 20 ago. de 2023.